



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

DISCURSOS AUTORIZADOS E PATRIMÔNIOS DISSONANTES: decolonizando a Memória Cultural ¹

AUTHORIZED DISCOURSES AND DISSONANT HERITAGES: decolonizing the Cultural Memory

Giulia Crippa ²
Ieda Pelógia Martins Damian ³

Resumo: O artigo propõe uma discussão acerca do chamado “patrimônio dissonante” (dissonant heritage), em particular o patrimônio ligado ao colonialismo italiano. Qualquer patrimônio, ainda que em estado silente, enquanto não mais envolvido no cotidiano e nos processos culturais do presente, é recebido, mesmo que inconscientemente, pelo público. Optamos por analisar alguns estudos de caso de patrimônios definidos como “dissonantes”, para observarmos, na prática, as trajetórias político-culturais de manutenção dessa memória em um contexto em que a dissonância precisa ser identificada e centralizada. Os casos estudados dizem respeito ao monumento do explorador Vittorio Bottego e a coleção de máscaras faciais do antropólogo fascista Lidio Cipriani. Desvelar o papel principal que a ‘dissonância’ desempenha nas discussões sobre os diferentes usos da memória e do patrimônio significa reconhecer como essa dissonância abriu novas perspectivas no campo dos estudos sobre o patrimônio, no qual o conceito foi originalmente introduzido para discutir heranças que envolvem histórias discordantes e usos públicos de memórias e representações de passados contenciosos.

Palavras-Chave: Patrimônio Dissonante. Memória. Decolonialidade. Lidio Cipriani. Vittorio Bottego.

Abstract: *The article proposes a discussion about the so-called "dissonant heritage", in particular the heritage linked to Italian colonialism. Any heritage, even if in a silent state, while no longer involved in the daily life and cultural processes of the present, is received, even if unconsciously, by the public. We chose to analyse two case studies of heritage defined as "dissonant", to observe, in practices, the politico-cultural trajectories of maintaining this memory in a context in which dissonance needs to be*

¹ Trabalho submetido, avaliado, aprovado e apresentado no XXI ENANCIB.

² Livre Docente. Università di Bologna. giulia.crippa2@unibo.it. <https://orcid.org/0000-0002-6711-3144>.

³ Livre Docente. Universidade de São Paulo. iedapm@usp.br. <https://orcid.org/0000-0001-5364-3243>.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



identified and centralised, the monument to the explorer Vittorio Bottego and the collection of facial masks of the fascist anthropologist Lidio Cipriani. Unveiling the leading role that 'dissonance' plays in discussions about the different uses of memory and heritage means recognising how this dissonance has opened up new perspectives in the field of heritage studies, in which the concept was originally introduced to discuss inheritances involving discordant histories and public uses of memories and representations of contentious pasts.

Keywords: *Dissonant Heritage. Memory. Decoloniality. Lidio Cipriani. Vittorio Bottego.*

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é, em primeiro lugar, o legado público comemorativo de memórias que cada época quis perpetuar e comunicar para o futuro. Monumentos e coleções não são unicamente obras de arte, mas, principalmente, são um dispositivo de comunicação.

Se nos países com experiência histórica de dominação (primeiro colonial e depois imperialista, em tempos mais recentes) existem teorias e processos de ‘descolonização do conhecimento’ que exigem novas políticas de memória, naqueles que produziram o fenômeno da colonização torna-se necessário investigar, identificar e colocar em prática políticas de patrimônio e memória que permitam um processo de renovação intercultural no uso do patrimônio. Neste sentido, parece-nos que a reflexão sobre o patrimônio dissonante se apresenta como um caminho possível, ainda que de alguma forma ainda novo, para repensar o espaço público como um lugar de cultura, aquela cultura que Raymond Williams definiu como ‘ordinária’. Cultura no sentido amplo de tudo o que é produzido pelo ser humano: é a forma como alteramos o espaço, a forma como construímos e organizamos a cidade, os sistemas em que acreditamos, os valores.

Se raciocinarmos sobre a arte como um sistema erudito de valores, encontraremos a tradição de ver seus produtos como a maneira de preservar valores ligados à sua natureza principalmente, se não unicamente, estética. Estes são valores, no entanto, que pertencem a um grupo social específico. Williams afirma que a cultura é uma produção humana e não espiritual, elitista e conservadora, com a ideia subjacente de que o crítico, o intelectual e o artista são pessoas dotadas de conhecimentos e sensibilidade especiais. Muitas vezes o artista reconhecido é alguém que nasceu em circunstâncias privilegiadas e, portanto, foi capaz de receber uma educação de certo tipo. A cultura e sua interpretação são um campo subjacente da realidade, ou seja, as formas de produção da vida e as formas de atribuição de sentido à vida estão entrelaçadas. Se os modos de produção mudam, os direitos também mudam, levando às perguntas: quais vozes têm autoridade no conhecimento? Quem é ouvido e quem não é?

O cenário que se encontra no espaço urbano e nos museus que nos últimos anos tem sido objeto de contestações é

1) Aquele ligado a monumentos que comemoram o poder e a arrogância, que cultivam a ideia que a masculinidade equivale a um domínio singular que não aceita ser discutido. Nas sociedades patriarcais com heranças coloniais, afirma Preciado (2020, online, tradução nossa) “ Moramos em um espaço público saturados de símbolos de poder sustentados por narrativas históricas e épicas estetizadas e neutralizadas na medida em que não temos mais condição de perceber sua violência cognitiva”.

Ainda, Preciado (2020) destaca quanto a representação do poder decorre do fato que os monumentos são representações de corpos e figuras que remetem de forma direta às comunidades subalternas.

2) Aquele constituído pelas coleções museológicas, principalmente (ainda que não unicamente) ligadas àquelas ciências que, mais que outras, se moldaram às necessidades da colonização: a antropologia e a arqueologia. Elas favoreceram transferências de bens culturais para as metrópoles europeias à partir de um conceito de patrimônio que faz parte, até hoje, do preconceito de superioridade cultural de um Ocidente que, até a Segunda Guerra, sentiu-se ‘obrigado’ a exportar a civilização.

Quando o próprio poder público resolve retirar objetos ou monumentos de seu local, é porque a mensagem comemorativa que lhes foi confiada no passado é questionada ou perdeu o sentido para os grupos que os propuseram ou para outros grupos sócias. É importante determinar quais aspectos do passado são ignorados ou deturpados na interpretação do patrimônio. Mesmo que, hoje, as pautas inclusivas sejam parte de qualquer discurso patrimonial, existem monumentos, e memórias que ainda são - ou se tornaram - difíceis de administrar, merecendo, portanto, uma atenção especial.

Se a memória é uma dimensão constitutiva da identidade e uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de sua negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em contextos transnacionais e transculturais. Um dos aspectos dos conflitos atuais sobre a memória cultural é de natureza epistêmica: ela se baseia, de fato, nas concepções ‘modernas’ da Nação e, principalmente, da Identidade Nacional declinada através da Cultura Nacional. Essa, por sua vez, tem seu alicerce na constituição do

Patrimônio, constituído por memórias institucionalizadas pela própria Nação. A emergência de um pensamento pós-colonial no final do século XX exige não apenas o reconhecimento do direito político à independência, mas a revisão dos fundamentos da própria história ocidental e de sua autoindulgência liberal que permaneceu intacta.

Nossa intenção é mostrar como a sociedade contemporânea está preocupada com a construção de diferentes tipos de bens distintos daqueles oferecidos pela tradição. Discutimos, assim, como estamos criando o que podemos chamar de ‘memória do futuro’, ou seja: o patrimônio material e imaterial que acreditamos ser relevante e aceitável para as gerações vindouras. Não é apenas o que produzimos hoje, mas também as mudanças que operamos sobre o que o passado nos deixou. Se a ‘forma’ do passado, em suas obras tangíveis e intangíveis, ainda é preservada através de sua manutenção, o mesmo não se pode dizer dos ‘significados’ que atribuímos a tal forma observando, em perspectiva, o que mudou, muito além das habilidades técnicas de conservação, para entender a estrutura ideal e, mais ainda, ideológica, na qual estas memórias são selecionadas e organizadas, para serem compartilhadas por públicos que, em seu próprio perfil, são cada vez mais globais. Nossa proposta é, portanto, a de uma pesquisa exploratória, baseada em algumas experiências institucionais. Trataremos do monumento ao explorador Vittorio Bottego⁴ na cidade de Parma, que representa o ideal de subordinação indígena ao impulso ‘civilizador’ do homem branco e justifica a barbárie da colonização. Com sua presença monumental e as narrativas disponíveis ao público, não há pauta para discursos que se originam em outras narrativas que resultam relevantes em um processo de discussão voltado para a redefinição das identidades europeias. Objeto da discussão será também a coleção museológica de máscara faciais produzidas na Década de 1930 pelo antropólogo fascista Luigi Cipriani. É patrimônio dissonante essa coleção de uma série de moldes faciais de várias tipologias humanas⁵, criada entre 1927 e 1932, em nome da *Royal Geographic Society* de Londres, como suporte didático para o ensino de Biologia da Raça durante a época fascista. Nos anos em que o regime fascista se empenhou na guerra da Etiópia, Cipriani foi um dos signatários do ‘Manifesto da Raça’ e um dos mais convictos defensores da inferioridade dos povos africanos e da legitimidade da conquista colonial italiana. Hoje, essas

⁴ [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Monument_to_Vittorio_Bottego_\(Parma\)#/media/File:PR-Parma-1956-monumento-a-Bottego-stazione.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Monument_to_Vittorio_Bottego_(Parma)#/media/File:PR-Parma-1956-monumento-a-Bottego-stazione.jpg)

⁵ https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lidio_Cipriani,_Calchi_facciali_-_Imago_Animi_2018.jpg

coleções, presentes em diversos museus científicos italianos e internacionais, frequentemente são apresentadas destacando seu valor estético (e, ainda, científico), deixando de lado seu contexto de produção, bem como são propostas com materiais de discussão ‘intercultural’, silenciando completamente sua produção em um preciso contexto histórico.

2 PATRIMÔNIO E IDENTIDADE

A Cultura Nacional, representada pelo Patrimônio Cultural, é um dispositivo discursivo que reduz as diferenças à unidade de uma identidade ideal, ainda que seja atravessada por divisões profundas, silenciadas pelo exercício de diferentes formas de hegemonia cultural (HALL, 2011; RENAN, 1990). Em cada sociedade, grupos hegemônicos exercem sua visão do passado para identificar a memória cultural que constitui o patrimônio, atribuindo a especialistas de diferentes campos a responsabilidade de sua preservação. Este é o conceito de ‘discurso autorizado’ (SMITH, 2006) como expressão do poder hegemônico: o patrimônio surge de um processo de legitimação de memórias, manifestado através de seu uso, contestando e desafiando uma série de identidades culturais e sociais subordinadas. Embora teorias e práticas proponham outras representações do passado no espaço público, estas ainda estão muito ligadas às matrizes discursivas e simbólicas moldadas pelos princípios ocidentais de Nação e Civilização (MBEMBE, 2019).

Heranças ‘dissonantes’ se colocam longe da visão do patrimônio que prevaleceu até algumas décadas atrás, quando o interesse das instituições estava quase inteiramente voltado para proteger as ‘grandes’ criações do passado como reflexos do ‘gênio criativo’ da humanidade e não para preservar a memória do lado destrutivo e cruel da história.

As abordagens institucionais evidenciam as estruturas de poder incluídas nas políticas de patrimônio e nas práticas de sua gestão, procurando criar posições e identidades *top-down*, bem como estabelecer um senso de pertencimento entre os membros do mesmo grupo social/nacional. A memória, como prática intersubjetiva, por sua vez, destaca como as narrativas utilizadas por cada sujeito, para sustentar sua identidade e identificações, são moldadas pelo contato e intercâmbio cultural. Se a memória é uma dimensão constitutiva da imagem de identidade e uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em

contextos transnacionais e transculturais. Um dos pilares contemporâneos da sustentabilidade social e cultural do patrimônio é o envolvimento das diversas comunidades locais no processo de patrimonialização (VOLPE, 2016). Essa abordagem *bottom-up* é particularmente importante quando se trata dessa tipologia de patrimônio, que chamaremos dissonante. Entretanto, ela também é complexa, justamente pelas características contestadas desta tipologia de patrimônio.

Os profissionais do patrimônio precisam ouvir as comunidades afetadas sobre o significado do lugar, e as práticas de gestão dependem de como o lugar é mantido na memória pública. Planos eficazes para estes locais devem ser baseados em uma análise de como os eventos, para os quais o patrimônio é considerado significativo, são lembrados. Às vezes, os significados dos lugares mudam quando as memórias desaparecem ou são distorcidas; argumenta-se que os lugares devem ser ativamente alterados quando ajudam apenas a memória dos perpetradores da dor e da vergonha, ao invés da memória das vítimas.

O universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico são desafios para as ciências sociais em busca de uma possibilidade de restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas e linguagens e conhecimentos considerados subalternos.

Patrimônio e memória são conceitos muito próximos no mundo globalizado de hoje, nas elaborações teóricas e nas práticas do Ocidente. A maioria das sociedades tem sua história marcada por memórias de guerras, revoluções, adesão a sistemas de crenças baseados em intolerância, discriminação racial ou em hostilidade étnica: vários lugares e instituições representam o legado desses acontecimentos controvertidos, e o que se verifica ao longo da segunda metade do Século XX é o fenômeno da preservação dos locais de massacre, genocídio, espaços de privação de liberdade de prisioneiros de guerra ou civis e políticos, e, nos espaços públicos, de monumentos e estátuas comemorativos sobre os quais se dirigem atenções diferentes que competem, em suas narrativas, acerca desses objetos culturais.

Esses lugares e objetos vêm sendo designados como 'patrimônios dissonantes', distantes da visão do patrimônio que prevaleceu até poucas décadas atrás, quando o interesse das instituições era quase inteiramente voltado para a proteção das 'grandes' criações do passado enquanto reflexos do 'gênio criativo' da humanidade e não para a preservação da memória do lado destrutivo e cruel da história. Por que essa mudança ocorreu e quais

implicações para os profissionais que atuam no campo da memória? De que maneira essa herança é 'difícil' de lidar?

A discrepância entre a conceitualização da memória produzida e negociada pelos discursos institucionais e políticos e a da memória como prática intersubjetiva produz efeitos. Os enfoques institucionais tornam evidentes as estruturas de poder incluídas nas políticas de patrimônio e de práticas de seu gerenciamento, buscando criar posições de sujeitos e identidades de cima para baixo, além de estabelecer um sentimento de pertencimento entre os membros de um mesmo grupo social/nacional. A memória como prática intersubjetiva, por sua vez, evidencia como as narrções usadas por cada sujeito, para sustentar sua própria identidade e suas identificações, são moldadas pelo contato e pelo intercâmbio cultural. Se a memória é uma dimensão constitutiva da imagem identitária e uma adaptação contínua dos sujeitos ao mundo ao seu redor, os processos culturais de negociação, apropriação e reinvenção ocorrem cada vez mais em contextos transnacionais e transculturais.

A memória é um conceito ligado à linguagem em suas múltiplas formas - orais, escritas e performativas. Sua faceta cultural enfatiza a natureza entrelaçada do passado e do presente, a 'verdade' de testemunhas materiais e as narrativas construídas em volta delas. O cenário e a narração sociocultural se tornam partes cruciais do patrimônio. Os estudos sobre o patrimônio, por outro lado, enfatizam como não é unicamente uma coisa material, mas, sim, um ato de comunicação, um processo cultural e performativo que lida com a afirmação e a mediação de narrativas históricas e de memórias coletivas, bem como com os valores sociais e culturais que o sustentam. Em prática, o patrimônio só surge quando algo é narrado, definido e/ou tratado como tal no contexto sociocultural a ele favorável.

Segundo Leopold (2007), é o conjunto institucional na gerência de um patrimônio que tem o maior impacto em sua interpretação, através das escolhas sobre o que dizer e o que deixar silenciado. Os profissionais de patrimônio precisam ouvir as comunidades afetadas sobre o significado do lugar, e as práticas de gerenciamento dependem de como o lugar é mantido na memória pública. Planos eficazes para esses locais devem se basear em uma análise de como os eventos, para os quais se considera significativo o patrimônio, são lembrados. Às vezes, os significados dos lugares mudam, à medida que as lembranças desaparecem ou são distorcidas; argumenta-se, nesse artigo, que os locais devem ser ativamente alterados, quando apenas auxiliam a lembrança dos autores da dor e da vergonha, e não a das vítimas.

Os lugares históricos atuam, conforme Nora (1997), como locais que abrigam memórias funcionais à manutenção da conexão de um grupo com seu no passado. Esses lugares têm funções políticas, usadas e abusadas pelos governos (GRAHAM; ASHWORTH; TUNBRIDGE, 2000) por razões que podem ser positivas ou negativas em suas intenções e efeitos. Um motivo frequente é a construção da nação, na formação e o fortalecimento dos estados.

Em muitos casos, as autoridades se envolvem em recontar a história, inventar tradições e celebrar a herança para atender a seus próprios interesses, que geralmente se reduzem à manutenção do poder ou, na hipótese que aqui levantamos, econômicos. Connerton (1989, p. 1) refere-se a isso como “distorção deliberada” da memória coletiva, estrategicamente destinada a manipular a coletividade, modificando sua história, ‘explicando-a’ para obter apoio para um conjunto de políticas, de um poder hegemônico ou de interesses que se entrelaçam com a economia produzida pela valorização turística. Para Hobsbawm (1997), é na política nacionalista que a distorção intencional encontra sua forma mais deletéria, e a história das guerras e do colonialismo mostra a centralidade desse truque de propaganda de distorcer o passado. A dificuldade/dissonância, no caso do patrimônio, se propõe como discurso nas estratégias interpretativas criadas por várias partes interessadas que realizam sua avaliação, que decorre do tipo de materiais e objetos, condições históricas e culturais, determinantes políticas atuais, questões éticas, religiosas e legais, bem como crenças e motivações pessoais de indivíduos e grupos envolvidos no processo interpretativo. Como consequência destas incompatibilidades, tensões e conflitos multiplicam os desafios na sustentação e gestão do patrimônio.

Consideramos que uma das vertentes do conflito seja de natureza epistêmica, fundada nas concepções ‘modernas’ de nação, identidade nacional como cultura nacional e patrimônio como memórias institucionalizadas na base desses princípios. Para entender a dissonância na reflexão sobre patrimônio, propomos discutir alguns desses conceitos: 1) identidade cultural, por sua vez ligada a 2) princípios de universalidade, que investem a colonialidade (primeiro europeia e depois, por extensão ‘ideológica’, ocidental) da trajetória modernizadora.

3 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO DISSONANTE

Propomos, aqui, uma exploração da dimensão social dos fenômenos culturais atuais. Os estudos pós-coloniais e decoloniais, assim como as perspectivas sobre o Sul global, há muito vêm argumentando que existe um desequilíbrio na produção e distribuição de informações: o que o Norte global produziu e exportou tornou-se universalmente conhecido, enquanto o Sul não foi considerado capaz de desafiar ou contribuir para isso. Em termos sociológicos, esta situação é referida como 'colonialidade do conhecimento' (MIGNOLO, 2007; SANTOS, 2008; SANTOS; MENESES, 2010; MALDONADO-TORRES, 2007; MELLINO, 2021; FRANCESCHINI, 2013). Por isso, é de se perguntar como se desenvolveu tal colonialidade. Um dos pontos de acesso a possíveis traços que permitem uma compreensão de tal desenvolvimento cultural são as condições epistêmicas da produção de conhecimento. Isto é: que narrativas são produzidas e disponibilizadas ainda hoje. Se a contribuição dos Estudos Culturais define a 'colonialidade do conhecimento' como matriz da Modernidade Ocidental, torna-se necessário examinar como isto se manifesta materialmente ao longo do tempo. Isto é possível através da análise de manifestações patrimoniais. Não estamos falando do fenômeno colonial como uma política ativa de conquista e dominação de espaços "distantes", mas da constituição de ideologias, mentalidades e imaginários que alimentam este fenômeno, por exemplo através da declinação (muitas vezes binária) entre civilização/cultura e hierarquização étnica/racial que, até hoje, estão subjacentes aos aspectos mais problemáticos da episteme de matriz Ocidental.

A estrutura de nossas reflexões é sustentada, pelo âmbito dos Estudos Culturais, mas deve ser definida em práticas materiais para provar sua validade. É por isso que ela se torna, necessariamente, interdisciplinar. De fato, ela contribui para a discussão emergente na Ciência da Informação sobre o tema da colonialidade do conhecimento. Através da análise das formulações sobre patrimônio dissonante, podemos observar como se sustenta a construção da 'colonialidade do conhecimento' da qual o Ocidente foi o autor entre os séculos XVI e XX. Se a crítica pós/de-colonial nos fez tomar consciência da dívida histórica do Ocidente, torna-se necessário embarcarmos num caminho de verificação das formas materiais em que esta 'dívida' foi produzida.

Para fornecer uma estrutura para analisar o patrimônio dissonante escolhido, podemos recorrer a Ashworth e Tunbridge (1996), que afirmam que, mesmo que um certo grau de dissonância esteja implícito na natureza do patrimônio, existem monumentos, práticas ou memórias que merecem atenção específica dado à origem e características de sua dissonância. Na opinião deles, a dissonância pode ser considerada um atributo de lugar, que depende de seu passado e da existência de comunidades ou usuários do patrimônio dissonante. Eles listaram três fontes de dissonância: (1) dissonância implícita na mercantilização; (2) dissonância implícita nos produtos do lugar; e (3) dissonância implícita no conteúdo da mensagem.

Para entender a natureza da dissonância, valemo-nos do conceito de ‘discurso autorizado’ sobre o patrimônio de Smith (2006), que introduz a questão das relações de poder na base do discurso do patrimônio. Em qualquer sociedade, os grupos dominantes utilizam sua própria visão do passado ao identificar monumentos importantes, assim como os especialistas responsáveis pela sua preservação. Este é o discurso do patrimônio autorizado, a expressão de poder hegemônico. As comunidades excluídas só podem criar seu próprio discurso, em contraste com o discurso dominante. Portanto, o patrimônio é dissonante por definição, porque vem de um processo social que visa tanto a legitimação quanto o exercício, contestando e desafiando uma série de identidades culturais e sociais.

Alguns estudiosos, como a própria Smith (2006), só reconhecem um discurso de herança autorizada na narrativa que promoveu o nacionalismo e a modernidade liberal, inventou o conceito de universalismo ocidental e estimulou uma onda de leis de preservação. Entretanto, a preocupação com itens patrimoniais ou materiais do passado faz parte da condição humana e uma análise histórica precisa permitir o surgimento de outros discursos autorizados. Ao longo do Século XX, alguns fatores do discurso sobre o patrimônio autorizado identificado por Smith (2006), começaram a ser questionados. Por exemplo, a ideia de que apenas monumentos grandiosos, antigos, tangíveis e esteticamente agradáveis merecem ser preservados. Neste sentido, a Carta de Veneza para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios⁶, adotada

⁶ A carta de Veneza está disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233627545.pdf> Especificamente, o Art. 1: declara que “O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico.

por ocasião do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Especialistas em Edificações Históricas em 1964, foi um importante divisor de águas; o Art. 1 dessa carta ampliou o tema da conservação para vários aspectos sociais e econômicos do passado. Entretanto, apesar da postura inovadora do artigo 1, o papel desempenhado por esta carta na superação do discurso autorizado do Século XIX permanece incerto e tem sido questionado por alguns estudiosos. O segundo momento crucial veio em 2003 com a adoção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO.

Desde então, tal variedade de novos ‘monumentos, bens ou práticas’ foram incluídos no patrimônio local, nacional e internacional. Tal extensão progressiva dos temas a serem conservados abriu o caminho para uma mudança contínua no discurso do patrimônio autorizado, visível na pluralização das comunidades e das partes interessadas envolvidas.

Mesmo que a pluralidade e a consciência sejam hoje parte de qualquer discurso patrimonial, existem monumentos, bens intangíveis, memórias que ainda são difíceis de administrar e merecem uma atenção especial.

3.1 ALGUNS CONCEITOS “CHAVE”

Em relação ao conceito de Universal/Universalidade tem-se o significado que se refere à experiência compartilhada por todos, mas, em vez disso, nos voltamos para o significado do termo que é gerado ao longo da constituição do que chamamos Modernidade (que, implicitamente, é sempre Ocidental), que tem sua origem na filosofia grega e que permite a fundação da Ciência Universal. É um universal para o qual, mesmo sem experiência, uma determinada coisa ‘deve’ ser de certa forma e, desse universal, a Europa (e por extensão, o ‘Ocidente’) fez uma exigência ligada à sua ‘identidade’, uma exigência da sua maneira de pensar e de se apresentar. Há, no entanto, uma questão básica sobre a qual refletir: a universalidade da ciência estendeu-se, nesta modernidade, também aos campos da ética e do comportamento,

Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”.

envolvendo a ordem dos produtos culturais e atribuindo-lhe uma hierarquia de valores. O que para o Ocidente é universal, quando estendido além da ciência, sofre, no entanto, de uma contradição intrínseca, uma vez que é peculiar apenas à história europeia e, por esta razão, deve ser discutido.

O universal passa a ser um fundamento da cultura ocidental, que se apresenta como portadora de 'valores universais'. Entretanto, a partir do momento em que o Ocidente perdeu sua hegemonia (historicamente, na segunda metade do século XX), o universalismo imposto pela força se desmoronou.

Outro conceito a ser discutido se refere a identidade cultural. Para Hall (2011), falar de identidade cultural é aventurar-se em território perigoso, onde nossa 'herança universalista' impede de nos aventurarmos pelos caminhos do 'entre', do 'inter' das culturas. Quando pensamos em identidade cultural, tendemos a implicar que estamos nos referindo à identidade cultural ligada à formação das nações ou a uma identidade 'europeia', 'latino-americana', 'africana'. Na realidade, são identidades ligadas a 'comunidades imaginadas' que, precisamente por isso, devem constituir uma identidade cultural para sua existência. É a modernidade ocidental que estabelece as culturas nacionais como fontes de identidades culturais, e somos levados a considerá-las uma parte essencial de nossa individualidade: as identidades culturais são (trans)formadas no espaço das representações.

Em substância, a nação é uma entidade política que produz significado, ou seja, um sistema de representação cultural. A nação, como comunidade imaginada, é simbólica e está representada na cultura nacional, uma ideia da modernidade ocidental que se universalizou. Para Bhabha (2007), a cultura nacional é o discurso das instituições culturais sobre símbolos e representações que produzem significado em histórias e memórias, ou seja: possibilita a identificação, influencia e organiza concepções e ações.

Enquanto esta ideia de nação se universalizou, por outro lado, se observa que existem diferenças entre as nações que são devidas às formas de imaginá-las, ou seja, na elaboração dos discursos das culturas nacionais. Renan (1990) indica três elementos necessários para o estabelecimento de uma nação: ter em comum um rico patrimônio de memórias; o desejo de viver em comum; e a vontade de perpetuar de forma inequívoca a herança recebida. No entanto, é de se perguntar se a cultura nacional realmente unifica uma identidade cultural, considerando que os indivíduos diferem em classe, gênero e etnia. Também se pergunta se esta

uniformidade anula e subordina as diferenças culturais. Em suma, as culturas nacionais são um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade: elas são atravessadas por profundas divisões e só são unificadas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (como o hoje muito em voga *Storytelling*).

As identidades nacionais continuam, entretanto, representadas como unificadas, e a forma de unificá-las tem sido representá-las como expressões da cultura de 'um só povo'. Entretanto o Ocidente não fornece nenhuma suposição que permita dizer que seja composto por um único povo, uma única cultura, ou uma única etnia.

4 A COLEÇÃO DE MÁSCARAS FACIAIS DE LIDIO CIPRIANI

Em relação ao colonialismo italiano e aos monumentos que o recordam ou o negam, é necessário utilizar o conceito chave do 'Patrimônio Dissonante'. Se é verdade que é costume cultural recorrer à patrimonialização para preservar fontes memoriais para a história, muitas vezes esquecemos que objetos, estátuas, pinturas, os próprios museus que contêm tudo isso, não são elementos de um discurso neutro. Os materiais de herança cultural não dizem apenas o que se decidiu delegar a eles, eles são complexos, inesperados, 'usados' de várias formas.

O desenvolvimento econômico e social da Europa moderna está fortemente ligado a um processo de colonização e dominação de países africanos, asiáticos e americanos. Este processo foi possível graças à base racial desenvolvida pela ciência. Deve ser enfatizado que a raça é uma categoria discursiva, e não uma categoria biológica. Entretanto, o caráter não científico do termo não afeta a forma como a lógica racial e a estrutura de suas referências são articuladas, da mesma forma que não nega suas consequências.

A decolonização dos museus tem um significado amplo, que vai além de questionar o legado colonial e as relações de poder neocolonial existentes, ou mesmo emergentes (STOLER, 2009). Portanto, o que devemos discutir é como desfazer, ou pelo menos evitar, a perpetuação das epistemologias neocoloniais, lutando pelo reconhecimento de certos materiais como relevantes, apesar das constantes rejeições por parte das autoridades (ERNST, 2016). Um dos níveis a considerar, quando se trata de memória decolonizada, está no reconhecimento de critérios aparentemente neutros de classificação ocidental como ferramentas para manter o papel dos museus em termos de projetos imperiais de dominação

e afirmação, enquanto a ampla disseminação de antigas narrativas, inclusive através da digitalização, pode oferecer a ilusão de uma nova ‘democratização’ do conhecimento. No entanto, a aparente abundância de material disponível *online* muitas vezes resulta em uma sobrecarga que, ao invés de minar as narrativas ocidentais estabelecidas, as complementa e, assim, confirma sua primazia.

Coleções de moldes faciais de gesso podem ser encontradas em museus antropológicos em toda a Europa. Os moldes foram feitos por antropólogos ocidentais aplicando gesso nos rostos dos não-ocidentais, que os trouxeram de volta para a Europa e criaram cópias dos rostos originais. Estes moldes foram usados para estudar e visualizar tipos humanos, categorizá-los e estabelecer hierarquias raciais. O objetivo era classificar as diferentes ‘raças’ humanas, testemunhando diferenças e semelhanças por comparação e enfatizando a superioridade do homem branco.

Nas coleções antropológicas dos Museus Científicos da Universidade de Bolonha, uma dessas coleções é preservada, a partir dos moldes obtidos por Lidio Cipriani (1892-1962), antropólogo da Universidade de Florença, durante várias missões científicas. Elas foram adquiridas para enriquecer o Museu de Antropologia e mostrar as diferenças raciais, reforçando uma visão da variabilidade biológica humana, mas foram apresentadas, na época, de modo a reforçar a identidade racial ocidental e europeia em oposição a outras. De fato, os paradigmas antropológicos mudaram ao longo do tempo e os moldes faciais são objetos estranhos nos museus contemporâneos. Eles precisam ser enquadrados historicamente para revelar todo o seu significado. Atualmente, eles geram sentimentos contraditórios nos visitantes: são apreciados por sua experiência e beleza como propriedade histórica e artística, mas são um forte lembrete da violência do colonialismo e seu impacto na vida das pessoas.

Foucault (2020) explica como o racismo está diretamente ligado à formação dos estados. No Século XIX, os discursos da biologia afetaram diretamente o conceito de raça, denotando, entre as funções do Estado, a de protetor da pureza racial, que representa a face conservadora assumida pelo discurso político após as revoluções do Século XVIII. Segundo o autor, desde o Século XIX, os estados têm operado em regime racista. Não se trata de um discurso ideológico, mas uma verdadeira tecnologia de poder sobre a vida e a morte, que Foucault chama de biopoder. Esse, através da biopolítica, atua nos domínios das estruturas

relativas à saúde, transporte, segurança e higiene, e através de como e onde essas estruturas estão presentes, pode-se identificar a ação do biopoder sobre a vida e a morte.

Mbembe (2018, p. 19) argumenta que foi no mundo colonial, antes do estado nazista-fascista, que a racionalidade ocidental começou a praticar "[...] a seleção racial, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e o extermínio de povos derrotados". O colonialismo e o escravagismo moldam hierarquias raciais baseadas no medo que surge da invenção de uma alteridade absoluta. É nos espaços das colônias, onde não existem normas legais, para as quais a lei não pode dominar o direito de matar, que se encontra o necropoder. De acordo com Mbembe (2018), a especificidade do medo colonial é que ele existe sem a existência de uma ameaça séria/tangível, sendo provocado pela possibilidade da existência de um inimigo, por sua (presumida) vontade de dominar, não por sua presença real. Neste clima, gerado na modernidade colonial, desenvolvem-se os primeiros regimes disciplinares escravos e, após a abolição da escravidão, as medidas preventivas são reforçadas até hoje. A ocupação colonial não deve ser entendida como um fato limitado ao Século XIX e à primeira metade do Século XX, mas como uma nova forma de dominação política na qual os poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos se encontram. A disciplina das colônias, como forma de dominação, pode agora ser estabelecida dentro dos limites dos estados como parte das exigências políticas de segurança pública.

As máscaras faciais encapsulam evidências do resultado da 'má' ciência, da 'má' aplicação da ciência, e da 'má' popularização da ciência. Então, nossas principais perguntas ainda em busca de resposta são: como ainda podem ser consideradas culturalmente sustentáveis? Como podemos formular novas mediações para este tipo de coleções buscando uma visão mais crítica da identidade europeia?

5 O MONUMENTO AO EXPLORADOR VITTORIO BOTTEGO

Se adotarmos o conceito de cidade como museu a céu aberto, todo monumento, gesto, manifestação social está em exposição permanente. Como foi necessário repensar vários acervos museológicos, que reuniam objetos roubados das comunidades originárias atribuindo-lhes valores que essas mesmas comunidades refutaram, as mesmas reflexões

tornam-se obrigatórias quando somos confrontados com a arte pública mais monumental do passado e do presente.

Os monumentos são referências no espaço e no tempo, cartografias que se definem na discrepância entre a conceituação de memória produzida e negociada pelos discursos institucionais e políticos e como prática intersubjetiva. As abordagens institucionais destacam as estruturas de poder dos discursos das políticas e práticas de gestão do patrimônio e como buscam criar posições de sujeito e identidade de cima para baixo, bem como estabelecer um sentimento de adesão entre membros do mesmo grupo social/nacional. A memória como prática intersubjetiva, por sua vez, mostra como as narrativas utilizadas por cada sujeito, para sustentar sua identidade e suas identificações com outras pessoas e com o mundo em geral, são moldadas pelo contato e pela troca cultural.

A revolta contra os monumentos, que tem se centralizado nos debates internacionais, não é revolta contra a arte ou a história. Não se trata de apagar a história, mas de desafiar a memória e a forma como ela atua na construção da identidade. Os monumentos públicos são uma forma, por meio de símbolos, de integrar a ideia de nação. A Itália tem, em seu currículo, guerras coloniais, uma ditadura e uma guerra civil. Seus monumentos celebram, ainda com pouca atenção à dissonância, personagens envolvidas nas controvérsias de uma história a caminho de sua decolonização. A sombra da estátua de Vittorio Bottego é aquela do ideal da subordinação selvagem, justificando a barbárie da colonização em nome da 'civilização'. Sua exposição acrítica sustenta a ideia de desenvolvimento e progresso, presente no momento da criação do monumento.

Vittorio Bottego (1860-1897) apresenta-se como uma personalidade cujas realizações foram apreciadas e reconhecidas. Estamos no período da Itália recém unificada, em busca de uma identidade comum, através de uma referência evidente à grandeza da história. A Itália iniciou sua aventura colonial em 1882, na Eritreia, seguida pela Líbia, Somália e Etiópia, o Dodecaneso e a Albânia e, na década de 1930, Mussolini, na tentativa de concretizar a visão do 'Império Italiano', planejou e realizou a recuperação fascista das glórias romanas e o ressurgimento das guerras coloniais italianas, visíveis na política cultural e patrimonial oficialmente racistas (VERDE, 2017).

Bottego se insere nesse contexto de expansão militar e cultural, em um período em que os diversos ministros decidiram expandir os domínios nacionais, a princípio apenas

comercialmente (PANDOLFO, 2013). Era um explorador, capitão de expedições científico-militares, que lutou contra os povos indígenas para conduzir seus estudos ao mesmo tempo científicos (geográficos e naturalistas) e militares (colonialistas).

Este é o pano de fundo cultural que inspira o monumento: no topo um comandante militar, em posição de desafio e comando, em trajes coloniais, armado. Literalmente aos seus pés, estão posicionados dois indígenas com expressão assustada, em situação de submissão. As duas estátuas de guerreiros simbolizam os rios Omo e Juba, que Bottego explorou. Ainda que se recupere a ideia clássica de personificação dos rios, a imagem que nos apresenta não permite um entendimento direto da 'exploração' ou da 'investigação científica'. É um monumento que derrama um conteúdo simbólico em primeira instância de dominação, no qual é evidente a prevaricação do homem ocidental sobre o africano: podemos afirmar que ainda responde à visão cultural do nosso tempo, à necessidade do multiculturalismo, sem que haja uma mediação do seu valor dissonante? A discussão deve ser colocada, na medida em que o monumento está localizado na praça da estação ferroviária, passagem obrigatória para muitos estrangeiros e próximo ao escritório de informações para estrangeiros da prefeitura da cidade, onde são recebidos todos aqueles que, por sua condição de estrangeiros migrantes, precisam de suporte para procedimentos administrativos. Que tipo de imaginário gera esse monumento comemorativo?

Questiona-se se determinados monumentos deveriam ocupar o espaço público sem que sejam desenvolvidas estratégias de mediação sobre seu valor de patrimônios dissonantes. Como descrever esses monumentos em um país onde ainda hoje tanta ênfase é dada à ideia de autonomia dos valores estéticos da arte, mas cujos valores sociais, afinal, não são discutidos? Afirmar que um monumento já foi incorporado pelo patrimônio, reconhecendo assim um valor histórico e estético, sem refletir instâncias decoloniais, mesmo para casos distantes no tempo, impede o avanço das discussões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contestabilidade da memória tem implicações na maneira como determinados locais do patrimônio cultural evoluíram ao longo do tempo. Por sua vez, tem implicações no entendimento e gerenciamento contemporâneos do ambiente construído e dos locais de

importância. O conceito de “cidadania cultural” permite que todos os indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos políticos legítimos e, nesse sentido, também sejam considerados cidadãos. As articulações locais de cidadania, através da discussão sobre patrimônios dissonantes, passam a se basear não no reconhecimento legal e na concessão de direitos, mas em contribuições para a comunidade que conferem o direito à proteção básica e ao respeito.

Ao contrário das afirmações de que a globalização produz homogeneização (nos níveis social, cultural e político), a cidadania cultural sugere que a diferença também pode ser criada por meio da transformação global. Afirma que os direitos civis, proteções básicas, respeito e reconhecimento concedidos aos cidadãos podem ser estendidos a todos os residentes que contribuem para a sociedade.

Alguns problemas que devem, assim, ser enfocados como dissonantes e que podem ser posteriormente estudados, se referem ao conceito 'fluido' de população, etnia e identidade, ao papel positivo e negativo da mudança dos paradigmas científicos e à construção de uma memória e identidade coletiva comum, já não mais definida em termos de lugar, pertencimento social ou filiação cultural, como sugere a Convenção de Faro.

A história não é tão simples como contam os monumentos. Nada de modismos, nessa discussão, mas a necessidade de uma revisão profunda de como estamos no mundo, evitando simplificações e pensando em como chegamos à cabeça, sim, mas também à emoção do público, visto que monumentos têm história, mas, em si, não são história e que sua função é ‘memorialística’ e não unicamente histórica.

E é aqui que o hábito e a distração se tornam conceitos (estéticos) da vida política, levando lentamente ao conceito de estetização da política: através deste novo modo de percepção e através da arte, que a configura como seu próprio instrumento de exercício, pode-se obter controle sobre a evolução da própria percepção e, portanto, sobre a forma de resolvê-la e controlá-la politicamente, e através dela controlar a ação efetiva do homem onde a obra de arte é capaz de mobilizar as massas.

Portanto, é possível fazer da arte como dimensão do gozo distraído um exercício no controle político das massas. Exemplar nesta prática é a forma política dos estados ditatoriais e, no caso da coleção Cipriani, de como o fascismo procura organizar as massas recém-proletarizadas. Para manter a subordinação das massas aos grupos dominantes é necessário manter intactas as relações de propriedade, que as massas recém-formadas - ou seja, os

grupos de camponeses que vieram do campo para encontrar um novo emprego na indústria e que, portanto, se tornaram proletários - afetariam naturalmente, a fim de obter maiores direitos e, conseqüentemente, uma posição social e econômica mais elevada. Um estado ditatorial, porém, não pode deixar de manter tal processo sob controle. Para permanecer como detentor do poder político, portanto, tem que encontrar uma maneira de dar voz às novas formações de massa sem alterar as relações de propriedade existentes.

O fascismo vê sua salvação em permitir que as massas se expressem (não em ter seus direitos reconhecidos). As massas têm direito a uma mudança nas relações de propriedade, mas o fascismo procura dar-lhes uma expressão na preservação das mesmas.

Aqui finalmente se chega ao significado da associação de termos aparentemente distantes: estetização da vida política, ou seja, dar uma satisfação estética, através da arte, às necessidades políticas fundamentais das massas. A obra científica e o monumento enaltecido por seus valores artísticos passam a ser utilizados com o propósito de tal estetização da vida política, tornando-se nada mais do que um fetiche dado ao povo para aliciá-lo a um modo de percepção distraído, no qual ele não sentirá mais a necessidade de realmente melhorar suas condições de vida econômicas e sociais. Neste ponto, o paralelismo com a sociedade contemporânea e o campo suprajacente da estetização da vida política operado pelos atuais projetos de valorização é espontâneo.

REFERÊNCIAS

ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **Dissonant Heritage: Management of the Past as a Resource**. Chichester: Wiley, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ERNST, Wolfgang. Radically De-Historicizing the Archive: Decolonising Archival Memory from the Supremacy of Historical Discourse. *In*: ABU HAMDAM, Lawrence; CÉSAR, Filipa; DÁVILA, Mela; ERNST, Wolfgang; FRASER, Crystal; LONGONI, Ana; PÉREZ COLINA, Marisa; PRIETO DEL CAMPO, Carlos; RADZISZEWSKI, Karol; SCHNAPP, Jeffrey; SELA, Rona; STULTIENS, Andrea; TAPIA, Mabel; TODD, Zoe. **Decolonising Archives**. Ghent: L'Internationale Books, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Bisogna difendere la società – corsi al college de France (1975-1976)**. Milano: Feltrinelli, 2020.

FRANCESCHINI, Leonardo. **Decolonizzare la cultura. Razza, sapere e potere: genealogie e resistenze**. Verona: Ombre Corte, 2013.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **A geography of heritage: power, culture and economy**. London: Arnold, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.

LEOPOLD, Teresa. A proposed code of conduct for war heritage sites. *In*: RYAN, Chris. (ed.). **Battlefield Tourism: History, Place and Interpretation**. Elsevier, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept". *In*: **Cultural Studies** Vol. 21, Nos. 23 March/May 2007, pp. 240-270.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Rio de Janeiro: N-1, 2018.

MELLINO, Miguel. **La critica postcoloniale: decolonizzazione, capitalismo e cosmopolitismo nei postcolonial studies**. Milano: Meltemi, 2021

MIGNOLO, Walter D. Coloniality of power and de-colonial thinking. *In*: **Cultural Studies**, v. 21, n. 23, mar./maio. 2007, p. 155-167.

NORA, Pierre. (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

PANDOLFO, Michele. La Somalia coloniale: una storia ai margini della memoria italiana. **Diacronie Studi di Storia Contemporanea**, v. 14, n. 2, 2013.

PRECIADO, Paul B. When statues fall. **Artforum International**, LIX, n. 3, 2020.
<https://www.artforum.com/print/202009/paul-b-preciado-84375>. Acesso em: 22 set. 2022.

RENAN, Ernest. What is a nation?. *In*: BHABHA, Homi K. **Nation and narration**. London: Routledge, 1990. p. 8-22.

SANTOS, Boaventura de Souza. (ed.). **Another knowledge is possible: beyond northern epistemologies**. London-NY: Verso, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (eds.). **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Cortez Editora, 2010.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.

STOLER, Ann Laura. **Along the Archival Grain**: Epistemic anxiety and Colonial Common Sense. Princeton: Princeton University Press, 2009.

VERDE, Simone. **Le belle arti e i selvaggi**: La scoperta dell'altro, la storia dell'arte e l'invenzione del patrimonio culturale. Venezia: Marsilio, 2017.

VOLPE, Giuliano. **Un patrimonio italiano**: beni culturali, paesaggio e cittadini. Novara: UTET, 2016.